

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul -
Sicredi Cooperucs
Caxias do Sul – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 15 de março de 2016



Marcela Mies Laino
Contador - CRC- RS 074.511/O-4
CNAI 2230

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 21.131 mil, aumento de 19,36% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 9.567 mil, com evolução de 13,45% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 9.909 mil, representando 90,84% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 766 mil, compondo 7,02% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 233 mil ou 2,14% do total.

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 19.018 mil em dezembro de 2015, com incremento de 19,29% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 11.667 mil, com crescimento de 18,11% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 36,57% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 1.587 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 5.719 mil, tendo um aumento de 17,63% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional.

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de risco de liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs
CNPJ/MF nº 04.525.997/0001-54

ATIVO		31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO		31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		16.683	13.227	CIRCULANTE		5.006	4.046
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	43	70	DEPÓSITOS	(NOTA 09)	2.848	2.244
				Depósitos à Vista		1.587	1.162
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 04)	9.315	7.161	Depósitos a Prazo		1.261	1.082
Centralização Financeira - Cooperativas		9.315	7.161	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		-	1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	5.753	4.692	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	1
Operações de Crédito		6.094	4.943	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		45	41
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(341)	(251)	Recursos em Trânsito de Terceiros		45	41
OUTROS CRÉDITOS		1.570	1.304	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 10)	399	360
Rendas a Receber		45	37	Empréstimos País - Outras Instituições		399	360
Diversos	(NOTA 06)	1.539	1.278	OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.714	1.400
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(14)	(11)	Cobrança e Arrecadação de Tributos		2	1
OUTROS VALORES E BENS		2	-	Sociais e Estatutárias		71	79
Despesas Antecipadas	(NOTA 07)	2	-	Fiscais e Previdenciárias		56	71
				Diversas	(NOTA 11)	1.585	1.249
NÃO CIRCULANTE		4.448	4.477	NÃO CIRCULANTE		10.406	8.796
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.312	3.372	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		10.406	8.796
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 05)	3.312	3.372	DEPÓSITOS	(NOTA 09)	10.406	8.796
Operações de Crédito		3.473	3.490	Depósitos a Prazo		10.406	8.796
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(161)	(118)				
PERMANENTE		1.136	1.105	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.719	4.862
INVESTIMENTOS	(NOTA 08a)	867	867	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 13)	3.352	2.834
Outros Investimentos		867	867	De Domiciliados no País		3.373	2.856
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 08b)	98	117	(Capital a Realizar)		(21)	(22)
Outras Imobilizações de Uso		294	315	RESERVAS DE SOBRAS		2.118	1.760
(Depreciação acumulada)		(196)	(198)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		249	268
INTANGÍVEL	(NOTA 08b)	171	121				
Outros Ativos Intangíveis		296	220				
(Amortização acumulada)		(125)	(99)				
TOTAL DO ATIVO		21.131	17.704	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.131	17.704

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs
CNPJ/MF nº 04.525.997/0001-54

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reclassificado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Cosif Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.984	-	1.984	3.709	-	3.709	2.980	-	2.980
Operações de Crédito	1.984	-	1.984	3.709	-	3.709	2.980	-	2.980
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(936)	(2)	(938)	(1.886)	(3)	(1.889)	(1.317)	(3)	(1.320)
Operações de Captação no Mercado	(728)	-	(728)	(1.311)	(1)	(1.312)	(950)	(1)	(951)
Operações de Empréstimos e Repasses	(25)	(2)	(27)	(47)	(2)	(49)	(34)	(2)	(36)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(183)	-	(183)	(528)	-	(528)	(333)	-	(333)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.048	(2)	1.046	1.823	(3)	1.820	1.663	(3)	1.660
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(542)	44	(498)	(1.044)	101	(943)	(1.016)	130	(886)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	49	139	188	80	246	326	54	231	285
Rendas de Tarifas Bancárias	78	-	78	137	-	137	111	-	111
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(564)	(37)	(601)	(1.035)	(59)	(1.094)	(884)	(50)	(934)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(261)	(98)	(359)	(515)	(119)	(634)	(418)	(62)	(480)
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	(7)	(7)	(1)	(12)	(13)	(1)	(12)	(13)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 15)	638	67	705	1.154	75	1.229	866	49	915
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 16)	(482)	(20)	(502)	(864)	(30)	(894)	(744)	(26)	(770)
RESULTADO OPERACIONAL	506	42	548	779	98	877	647	127	774
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3)	-	(3)	(3)	-	(3)	-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	503	42	545	776	98	874	647	127	774
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	503	42	545	776	98	874	647	127	774
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	98	(98)	-	127	(127)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	503	42	545	874	-	874	774	-	774
DESTINAÇÕES	-	-	-	(625)	-	(625)	(506)	-	(506)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(242)	-	(242)	(171)	-	(171)
Fates - Estatutário	-	-	-	(25)	-	(25)	(27)	-	(27)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(224)	-	(224)	(241)	-	(241)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(134)	-	(134)	(67)	-	(67)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	249	-	249	268	-	268

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs
CNPJ/MF nº 04.525.997/0001-54

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	2.375	1.452	163	3.990
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	123	-	(163)	(40)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	142	-	-	142
Baixas de capital	(79)	-	-	(79)
Resultado do período	-	-	774	774
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(27)	(27)
Reserva Legal - Estatutária	-	241	(241)	-
Juros sobre o Capital Próprio	273	-	(171)	102
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	67	(67)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	2.834	1.760	268	4.862
Mutações do Período	459	308	105	872
Saldos no início do período em 01/01/2015	2.834	1.760	268	4.862
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	207	-	(268)	(61)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	127	-	-	127
Baixas de capital	(56)	-	-	(56)
Resultado do período	-	-	874	874
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(25)	(25)
Reserva Legal - Estatutária	-	224	(224)	-
Juros sobre o Capital Próprio	240	-	(242)	(2)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	134	(134)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	3.352	2.118	249	5.719
Mutações do Período	518	358	(19)	857
Saldos no início do período em 01/07/2015	3.059	1.760	329	5.148
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	62	-	-	62
Baixas de capital	(9)	-	-	(9)
Resultado do período	-	-	545	545
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(25)	(25)
Reserva Legal - Estatutária	-	224	(224)	-
Juros sobre o Capital Próprio	240	-	(242)	(2)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	134	(134)	-
Outros eventos	-	-	-	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	3.352	2.118	249	5.719
Mutações do Período	293	358	(80)	571

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs
CNPJ/MF nº 04.525.997/0001-54

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	400	1.022	965
Resultado do exercício	545	874	774
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(145)	148	191
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(122)	134	120
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	4	3	4
Depreciação do imobilizado de uso	12	24	27
Amortização do intangível	16	26	24
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	-	3	51
Destinações ao FATES	(25)	(25)	(27)
Dividendos SicrediPar	(30)	(17)	(8)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	2.222	1.178	(320)
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	126	-	-
(Aumento) Redução em operações de crédito	419	(1.133)	(751)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(111)	(1)	1
(Aumento) Redução em outros créditos	(267)	(254)	(271)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	10	(2)	-
Aumento (Redução) em depósitos	1.565	2.214	545
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	25	5	(8)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	17	39	89
Absorção de dispêndios pelo FATES	(7)	(35)	(33)
(Redução) Aumento em outras obrigações	445	345	108
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.622	2.200	645
Aquisição de Investimentos	-	-	(82)
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(6)	(9)
Aplicações no Intangível	(35)	(75)	(43)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(35)	(81)	(134)
Integralização de capital	62	127	142
Baixa de capital	(9)	(56)	(79)
Juros ao capital próprio	(2)	(2)	102
Distribuição de Sobras	-	(61)	(40)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	51	8	125
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.638	2.127	636
Caixa e equivalente de caixa no início do período	6.720	7.231	6.595
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	9.358	9.358	7.231

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 22/12/2000 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2016.

Foram reapresentados para melhor compreensão para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2014 e 2015. As contas e os valores envolvidos estão demonstrados no quadro abaixo:

	Reapresentado	Original
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	915	928
Provisão para Imposto de Renda	-	6
Provisão para Contribuição Social	-	7

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	43	70
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	9.315	7.161
Total	9.358	7.231

valores em milhares de Reais

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	5.358	2.566	7.924	6.670
Financiamentos	736	907	1.643	1.763
Carteira total	6.094	3.473	9.567	8.433

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	188	2.167	2.343	2.755	7.453	6.918
Industrial	2	41	18	66	127	90
Comércio	-	307	39	38	384	83
Outros Serviços	20	560	409	614	1.603	1.342
Total	210	3.075	2.809	3.473	9.567	8.433

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	5.032	4.421	25	22
Nível B	1,00	2.108	1.392	21	14
Nível C	3,00	2.769	2.954	83	89
Nível D	10,00	546	529	55	53
Nível E	30,00	55	-	17	-
Nível F	50,00	160	37	80	18
Nível G	70,00	5	54	3	38
Nível H	100,00	233	146	233	146
Total (i)		10.908	9.533	517	380

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperuc a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 31,68% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber	1.341	-	1.341	1.100
Total	1.341	-	1.341	1.100

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	3	-	3	2
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	79	-	79	83
Devedores por depósitos em garantia	74	-	74	75
Impostos e contribuições a compensar	17	-	17	10
Títulos e créditos a receber	1.341	-	1.341	1.100
Devedores diversos - País	25	-	25	8
Total	1.539	-	1.539	1.278

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas antecipadas	2	-
Total Outros Valores e Bens	2	-

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	482	482
Sicredi Participações S.A. (i)	384	384
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	867	867

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	124.507 ON 259.418 PN	124.507 ON 259.418 PN	1 Quotas	1 Quotas	482.154 Quotas	482.154 Quotas
Percentual de participação	0,05%	0,05%	0,72%	0,74%	0,14%	0,14%
Capital social	804.351	764.040	138	136	342.223	338.577
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	352.655	349.026
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	384	384	1	1	482	482

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	10%	42	- 17	25	27
Móveis e equipamentos de uso	10%	118	- 70	48	58
Sistema de comunicação	10%	4	- 2	2	2
Sistema de processamento de dados	20%	119	- 101	18	24
Sistema de segurança	10%	11	- 6	5	6
Imobilizado de Uso (i)	-	294	- 196	98	117

Intangível (ii)		296	- 125	171	121
Investimentos Confederação		296	- 125	171	121
Total		590	- 321	269	238

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	1.587	-	-	1.587	1.162
Depósitos a prazo	914	347	10.406	11.667	9.878
Total	2.501	347	10.406	13.254	11.040

valores em milhares de Reais

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	399	-	399	360
Cooperativa Central Sicredi	399	-	399	360
Total	399	-	399	360

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 14/12/2016.

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	1	-	1	-
Provisão para pagamentos a efetuar	237	-	237	152
Provisão para passivos contingentes (i)	56	-	56	53
Credores diversos - país (ii)	1.291	-	1.291	1.044
Total	1.585	-	1.585	1.249

valores em milhares de Reais

(i) A conta 'Provisão para passivos contingentes' recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 2 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Parcelado Lojista	560	523
Agenda cartão Visa a pagar	556	451
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	67	10
Contas a pagar - empresas do grupo	31	32
Outros	77	28
Total	1.291	1.044

valores em milhares de Reais

NOTA 12 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	50	-	-	50
Cível	1	4	1	4
Total	51	4	1	54

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	50	50	50
Cível	Provável	4	4	1
Cível	Possível	20	-	-
Total		74	54	51

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	3.352	2.834
Total de associados	1.726	1.595

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Capital, no montante de R\$ 242 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Professores e Funcionários da Universidade de Caxias do Sul - Sicredi Cooperucs, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	9.315	7.161
Diversos	84	84
Investimentos (Nota 08a)	482	482
Intangível (Nota 08b)	171	121
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 10)	399	360
Provisões para pagamentos a efetuar	27	18
Credores Diversos	30	32
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	1.014	763
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	49	36
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	16	16
Outros Dispêndios Despesas Operacionais	602	510

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	17	1,07%	23
Pessoas físicas	17		23
Depósitos a prazo	717	6,15%	597
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	717		597
Operações de crédito	548	5,73%	501

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	268	265

valores em milhares de Reais

NOTA 15 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 965 mil (R\$ 727 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 16 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 318 mil (R\$ 269 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 18 mil (R\$ 20 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 88 mil (R\$ 77 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 17 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	199	205
Carteira Habitacional	199	205
Total	199	205

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 18 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO CONTRATADO)

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Enestor José Dallegrove
Presidente
CPF: 125.392.010-91

Valter Romeu Casara
Vice Presidente
CPF: 003.510.590-91

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72